
**PLANO DE OUTORGA DE
OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES
DA TAURUS ARMAS S.A.**

1. APRESENTAÇÃO

1.1 O presente Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Taurus Armas S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 92.781.335/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300007391, com sede na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio A, na cidade de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.035-411 (a "Companhia"), estabelece as regras e as condições gerais de outorga de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia e foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, conforme alterado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 19 de abril de 2022 ("Plano").

2. DEFINIÇÕES

2.1 Sempre que grifados com letras iniciais maiúsculas, os termos e as expressões listados neste Plano terão os significados indicados ao longo do documento, salvo quando o contexto em que são empregados indicar claramente sentido diverso ou se expressamente previsto em sentido contrário. As definições referidas ao longo deste Plano aplicam-se nas formas masculina e feminina, singular e plural, sem alteração de significado.

"Acionista": pessoa física ou jurídica titular de Ações da Companhia;

"Ações": ações ordinárias e/ou preferenciais nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;

"Colaboradores Elegíveis": os administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia e de suas Controladas aptos a participar do Plano, na forma prevista neste documento;

"Conselho de Administração": o conselho de administração da Companhia;

"Contrato de Opção de Compra": o instrumento particular de outorga de Opção de Compra celebrado entre a Companhia e o Participante, por meio do qual a Companhia outorga uma Opção de Compra ao Participante;

"Controlada": sociedade, nacional ou estrangeira, em que a Companhia detenha participação societária representativa de controle, seja direta ou indiretamente.

"CVM": Comissão de Valores Mobiliários;

“Data da Outorga”: a data de assinatura do Contrato de Opção de Compra que formalizará a outorga de uma Opção de Compra ao Participante, conforme aprovação do Conselho de Administração da Companhia;

“Desligamento por Justa Causa”: a rescisão do vínculo com a Companhia ou sua Controlada pela prática de qualquer dos seguintes atos: (i) ato de improbidade; (ii) incontinência de conduta ou mau procedimento; (iii) condenação criminal; (iv) desídia no desempenho das suas funções; (v) utilização de recursos da Companhia em benefício próprio ou em desacordo com os interesses sociais; (vi) prática de atos em desacordo com os termos do Código de Conduta e do Estatuto Social da Companhia, bem com a legislação aplicável; (vii) violação da obrigação de exclusividade, não concorrência e não aliciamento, (viii) não observância dos deveres de administrador previsto na LSA ou (ix) quaisquer outros atos que ensejam a dispensa por justa causa, nos termos da legislação brasileira aplicável, utilizando-se a legislação trabalhista apenas por analogia.

“Estatuto Social”: o estatuto social da Companhia;

“Exercício da Opção de Compra”: a efetiva compra ou subscrição, pelo Participante, de Ações relativas à Opção de Compra que lhe foi outorgada pelo Contrato de Opção de Compra, nos termos deste Plano;

“LSA”: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

“Opção de Compra”: o direito, mas não a obrigação, de cada um dos Participantes adquirir ou subscrever Ações da Companhia, nos termos e condições estabelecidos no presente Plano;

“Opção Exercível”: a Opção que atendeu às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou a subscrição das Ações (regras de reserva de direito), sendo, portanto, passível de ser exercida pelo Participante;

“Opção não Exercível”: a Opção que não atendeu as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou a subscrição das Ações, razão pela qual não podem ser exercidas pelo Participante;

“Participante”: o administrador, o diretor ou outro ocupante de cargo estratégico da Companhia ou de sua Controlada, a quem efetivamente é outorgada a Opção de Compra;

“Período de Exercício de Opção”: período compreendido entre a data a partir da qual é possível comprar ou subscrever as Ações e a data limite para a compra ou a subscrição das Ações;

“Prazo de Carência”: período durante o qual as Opções de Compra, no todo ou em parte, não poderão ser exercidas;

“Prazo de Exercício da Opção”: data máxima estabelecida pela Companhia para o Exercício da Opção de Compra pelo Participante;

“Preço de Exercício da Opção”: valor determinado em moeda corrente nacional a ser pago pelo Participante para a compra ou a subscrição das Ações que são objeto da Opção de Compra a ele outorgada;

“Renúncia”: significa a rescisão do vínculo com a Companhia ou com sua Controlada, por iniciativa do Participante;

“Termo de Rescisão”: significa o instrumento firmado pela Companhia e pelo Participante no momento do desligamento do Participante por iniciativa da Companhia e sem justa causa ou no caso de Renúncia.

3. OBJETIVO

3.1 O Plano tem por objeto permitir a outorga de Opção de Compra aos Colaboradores Elegíveis da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a:

- i. Atrair, motivar e manter vinculados à Companhia e a suas Controladas executivos Participantes de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do objeto social da Companhia e de suas Controladas, conforme aplicável;
- ii. Alinhar os interesses dos Participantes com os dos Acionistas, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia;
- iii. Estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e
- iv. Oferecer aos Participantes uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

4. PARTICIPANTES

4.1 Poderão ser eleitos como Participantes do Plano os administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas Controladas atuais ou que vierem a ser empossados em umas das referidas funções. O Conselho de Administração deliberará pela indicação, dentre os Colaboradores Elegíveis, daqueles profissionais aos quais serão oferecidas Opções de Compra, aprovando, oportunamente, a distribuição de tais Opções de Compra entre os Participantes.

4.2 A outorga de Opção de Compra ao Participante respeitará os termos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, não outorgando a este Participante qualquer direito de participar ou receber outorgas posteriores.

4.3 Novas outorgas de Opção de Compra serão decididas individualmente pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido neste Plano.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

5.1 Este Plano será gerido pelo Conselho de Administração.

5.2 Obedecidas as condições do presente Plano, as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e as disposições de Lei, da regulação da CVM e do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração e implementação do Plano, incluindo, mas não limitado a:

- i. criação e aplicação de normas gerais relativas à eleição do Participantes e à outorga de Opção de Compra, nos termos do presente Plano;
- ii. adoção de todas as medidas necessárias e adequadas à administração deste Plano, inclusive no que se refere à interpretação, implementação, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas;
- iii. estabelecimento da regulamentação aplicável aos casos omissos, desde que não altere ou prejudique, sem o consentimento do Participante, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidos em Contratos de Opção de Compra;
- iv. solução de dúvidas e prestação de esclarecimentos quanto à interpretação das disposições deste Plano;
- v. eleição dos Participantes e a autorização para a outorga de Opções de Compra em seu favor, estabelecendo todos os termos e condições das Opções de Compra a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequá-las aos termos da lei, norma ou regulamento superveniente;
- vi. emissão de novas Ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social para fins de permitir o Exercício da Opção de Compra, nos termos deste Plano;
- vii. aprovação dos Contratos de Opção de Compra a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observadas as determinações deste Plano;
- viii. definição, para cada Participante, das alternativas, prazos e condições para o Exercício da Opção de Compra; e
- ix. proposição de eventuais alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária.

5.3 Com o objetivo de outorgar as Opções de Compra no âmbito deste Plano, o Conselho de Administração deverá criar Programas de Opção de Compra (cada qual, um “Programa”), nos quais serão, sempre observadas as condições previstas neste Plano, definidos (a) os Colaboradores Elegíveis a receber as Opções de Compra deste Plano em particular, (b) o número de Ações objeto de

cada Opção de Compra outorgada, (c) o Preço de Exercício de cada Opção de Compra, (d) o Prazo de Carência mínimo, se entender necessário, bem como os Períodos e o Prazo para o Exercício das Opções de Compra, (e) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes, (f) as normas sobre transferência de opções e quaisquer outras restrições às ações recebidas pelo exercício da Opção de Compra, (g) as eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações, (h) as metas de performance globais da Companhia ou de suas Controladas e outras condições para o exercício total ou parcial das Opções de Compra e a aquisição ou entrega das Ações correspondentes, e (i) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto neste Plano.

5.4 O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar a divisão do lote de Ações (objeto da outorga de Opção de Compra) relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

5.5 No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos pela lei, na regulamentação da CVM, no Estatuto Social da Companhia e neste Plano, ficando claro que poderá, inclusive, tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns dos Participantes.

5.6 As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com este Plano.

6. AÇÕES SUJEITAS AO PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA

6.1 As Opções de Compra outorgadas no âmbito deste Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre 3.000.000 (três milhões) de Ações, respeitada a seguinte proporção (i) 1.000.000 (um milhão) ordinárias e 2.000.000 (dois milhões) preferenciais. O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos deste Plano deverá sempre respeitar o limite do capital autorizado da Companhia, conforme o caso, e estará sujeito a ajustes em virtude de operações societárias, tais como desdobramentos, grupamentos e bonificações. Na hipótese de cancelamento, de extinção ou, ainda, de exercício parcial de qualquer Opção de Compra, a Ação que seria adquirida ou subscrita em decorrência do exercício de tal opção será adicionada novamente ao pool de ações disponíveis e que poderão ser objeto de nova(s) outorga(s) de Opções de Compra, desde que sempre observado o número máximo de ações que podem ser adquiridas no âmbito deste Plano, anteriormente consignado e os demais procedimentos previstos neste Plano.

6.2 Com o propósito de satisfazer o Exercício de Opções de Compra, nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

6.3 Os Acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no Exercício de Opção de Compra de acordo com o presente Plano, conforme previsto no artigo 171, §3º, da LSA.

6.4 As Ações adquiridas e/ou subscritas em razão do Exercício de Opção de Compra nos termos deste Plano manterão/terão todos os direitos e benefícios pertinentes a respectiva espécie.

7. OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA

7.1 Caberá ao Conselho de Administração da Companhia, sempre que julgar conveniente, aprovar a outorga de Opção de Compra, elegendo, dentre os Colaboradores Elegíveis, os Participantes em favor dos quais a Companhia outorgará Opções de Compra, nos termos do presente Plano.

7.2 As Opções de Compra outorgadas nos termos deste Plano poderão ter por objeto uma ou mais Ações, cuja entrega poderá estar sujeita a prazos diferenciados, bem como a termos e condições específicos, tais como, mas sem limitação, a permanência do Participante durante determinado período no desempenho de cargos/funções da Companhia, a observância de períodos de indisponibilidade da negociação de Ações e o atendimento de requisitos materiais mínimos e/ou metas de performance eventualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração, no âmbito de cada Programa.

7.3 A outorga de Opções de Compra nos termos deste Plano será realizada mediante a celebração de Contratos de Opção de Compra entre a Companhia e cada um dos Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade e a espécie de Ações objeto da respectiva Opção de Compra, (ii) as condições para aquisição do direito ao exercício da Opção de Compra; (c) o prazo final para exercício da Opção de Compra; e (d) o Preço de Exercício e (e) as condições de pagamento.

7.4 Os Contratos de Opção de Compra serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem a necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

7.5 O Conselho de Administração poderá subordinar o Exercício da Opção de Compra ao advento de determinadas condições, mas não poderá impor restrições à transferência das Ações adquiridas em razão do Exercício da Opção de Compra, salvo possibilidade de reservar para a Companhia a opção de recompra de tais Ações e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações. O Participante deverá observar os períodos legais e regulamentares de restrição e/ou de impedimento de negociação das Ações.

7.6 O Participante se obriga a não ceder, transferir ou onerar a Opção de Compra, nem instituir sobre elas qualquer gravame em benefício de terceiro.

7.7 A assinatura do Contrato de Opção de Compra pelo Participante implicará na aceitação automática de todas as condições nele estipuladas, dos termos do respectivo Programa e do presente Plano, cujas cópias serão entregues ao Participante quando da referida assinatura.

7.8 A participação do Participante neste Plano, bem como o Exercício da Opção de Compra são desvinculados da remuneração, fixa ou variável, a que este faz jus como administrador, diretor

ou outro ocupante de cargo estratégico da Companhia ou de suas Controladas, tal como salário, honorário, *pro labore*, benefícios, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

8. PREÇO DE EXERCÍCIO DA OPÇÃO

8.1 O Preço do Exercício da Opção será determinado pelo Conselho de Administração, utilizando-se um dos seguintes critérios:

- (i) média dos preços de fechamento das Ações da mesma espécie, negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando os 40 (quarenta) pregões anteriores à Data da Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) e ajustado pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), limitada a 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do envio da Notificação do Exercício; ou
- (ii) média dos preços de fechamento das Ações da mesma espécie, negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando os pregões realizados entre 22/01/2021 e 23/03/2021 e ajustado pela taxa CDI, limitada a 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do envio da Notificação do Exercício.

8.2 O Preço de Exercício da Opção deverá ser pago na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional, no país em que ocorrer a outorga da Opção de Compra, por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Participante, por escrito.

8.2.1.1 Eventuais tributos decorrentes do pagamento do Preço de Exercício da Opção correrão na forma da lei.

9. EXERCÍCIO DA OPÇÃO DE COMPRA E PREÇO DE EXERCÍCIO

9.1 Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Opção de Compra, os direitos de cada um dos Participantes em relação a tais Opções poderão ser plenamente exercidos pelo Participante nas condições e termos neste Plano, salvo nos casos em que o Participante renunciar ao cargo de administrador, diretor ou outro ocupante de cargo estratégico da Companhia ou de suas Controladas, ou, ainda, se for Desligado por Justa Causa. Respeitadas essas premissas, os Participantes deverão observar os seguintes Períodos de Exercício da Opção:

Períodos de Exercício da Opção	Quantidade de Ações para Aquisição no Exercício da Opção
Abril/2023	25% (vinte e cinco por cento) das Ações para todos os Participantes, sendo 1/3 para Ações ordinárias e 2/3 para Ações preferenciais.
Abril/2025	25% (vinte e cinco por cento) das Ações para todos os Participantes, sendo 1/3 para Ações ordinárias e 2/3 para Ações preferenciais.
Abril/2027	25% (vinte e cinco por cento) das Ações para todos os Participantes, sendo 1/3 para Ações ordinárias e 2/3 para Ações preferenciais.
Abril/2029	25% (vinte e cinco por cento) das Ações para todos os Participantes, sendo 1/3 para Ações ordinárias e 2/3 para Ações preferenciais.

9.1.1 O Conselho de Administração poderá ajustar as datas e/ou fixar outras datas, a seu exclusivo critério, as quais serão consignadas nos Contratos de Opção de Compra.

9.2 **Exercício.** A fim de indicar seu interesse em exercer a Opção de Compra, o Participante deverá manifestar formalmente o Exercício da Opção de Compra, total ou parcialmente, à Companhia, por meio de e-mail e/ou Carta registrada endereçado ao Diretor de Relações com Investidores com cópia ao Presidente do Conselho de Administração e enviado em qualquer um dos dias de um dos meses de abril dos Períodos do Exercício da Opção (“Notificação do Exercício”).

9.2.1 Na Notificação de Exercício, o Participante deverá indicar a quantidade de cada espécie de Ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

9.2.2 A falta de envio da Notificação do Exercício dentro do prazo previsto nas disposições deste Plano implicará na renúncia, pelo Participante, ao direito de Exercício da Opção de Compra em data futura, assim como o Exercício da Opção de Compras parcial implicará na renúncia, pelo Participante, ao direito de exercer a respectiva parcela remanescente não exercida da Opção de Compra.

9.2.3 Decorrido o prazo da Notificação do Exercício, o Diretor de Relações com Investidores elaborará um relatório ao Conselho de Administração contendo (i) a quantidade das Opções que poderiam ser exercidas por cada um e pela totalidade dos Participantes no respectivo Período de Exercício da Opção, (ii) a quantidade de Opções efetivamente exercidas por cada um e pela totalidade dos Participantes, indicando o número e as espécies de Ações a serem adquiridas/subscritas, e (iii) o Preço do Exercício das Opções exercidas, indicando, se aplicável, o aumento de capital social a ser realizado pela Companhia (“Relatório do RI”).

9.2.4 O Conselho de Administração adotará as medidas aplicáveis para a aquisição e/ou subscrição das Ações pelo Participante que exercer a Opção de Compra, após o recebimento do Relatório do RI, respeitando os trâmites exigidos pelo Banco Custodiante.

9.3 O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao Exercício da Opção de Compra sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Participantes.

9.4 A aquisição das Ações pelo Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano e nos Contratos de Opção de Compra, de modo que a concessão do direito ao recebimento da Opção de Compra em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações ou mesmo representa a garantia da sua emissão e/ou seu recebimento.

10. DA EXTINÇÃO DA OPÇÃO DE COMPRA

10.1 Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista neste Plano ou no Contrato de Outorga, o direito ao recebimento das Ações, nos termos do Plano, extinguir-se-á, de pleno direito, nos seguintes casos:

- i. mediante o seu exercício integral, pela forma prevista neste Plano;
- ii. pelo decurso do tempo, sem exercício, dos Períodos de Exercício da Opção;
- iii. no caso de Renúncia ou Desligamento por Justa Causa, observado o disposto na cláusula 11;
- iv. se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; e
- v. mediante o distrato do Contrato de Opção de Compra.

11. HIPÓTESES DE DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE

11.1 No caso de Renúncia ou de Desligamento por Justa Causa do Participante, as opções de compra que não tenham sido exercidas até a data de Desligamento, observados os Períodos de Exercício da Opção, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

11.2 O desligamento do Participante por iniciativa da Companhia ou de suas Controladas e sem justa causa não implica na rescisão do Contrato de Opção de Compra, que permanecerá vigente, mantendo o Participante o direito de exercer as Opções de Compra de acordo com as regras deste Plano, desde que observadas as disposições do Termo de Rescisão.

11.3 Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante, que o incapacite ao exercício de seu mandato como administrador, diretor ou outro ocupante de cargo estratégico da Companhia ou de suas Controladas em definitivo, a Opção de Compra poderá ser exercida pelos herdeiros e sucessores legais do Participante, nos termos deste Plano e do Contrato de Opção de Compra celebrado com este Participante.

11.4 Não obstante o disposto na cláusula 11.2 acima, o Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas na cláusula 11.1, conferindo tratamento diferenciado a determinado Participante, ressalvado, contudo, que eventual alienação ou transferência de ações a Participante que não administrador, diretor ou outro ocupante de cargo de cargo estratégico da Companhia ou de suas Controladas dependerá de autorização da Assembleia Geral da Companhia.

12. VIGÊNCIA DO PLANO

12.1 O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por um prazo de 9 (nove) anos, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral (“Vigência”).

12.2 O término de Vigência do Plano não afetará a eficácia dos direitos dos Participantes às Opções de Compra já outorgadas com base nele.

13. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1 Este Plano e a consequente outorga de Opção de Compra não impedirá a Companhia de se envolver em —quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão.

13.1.1 O Conselho de Administração da Companhia, juntamente com as sociedades envolvidas em tais operações indicadas na cláusula 13.1 acima, poderão, a seu exclusivo e discricionário critério, determinar a substituição das Ações objeto das Opções de Compra por ações da sociedade sucessora da Companhia.

13.2 Caso o número, espécie e classe das Ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das Ações outorgadas, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano, informando aos Participantes por escrito.

13.3 Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador, diretor, gerente, empregado e/ou contratado da Companhia ou de suas Controladas, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia ou de suas Controladas, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do Participante ou de qualquer forma promover o seu desligamento.

13.4 O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus Acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, tais como porcentagem de diluição, desligamento e aquisição do direito à Opção de Compra e desde que as novas condições do Plano não causem impacto adverso ao Participante.

13.5 Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão total ou parcial do Plano, sem que isso sujeite a Companhia a qualquer indenização ou responsabilidade a quem quer que seja.

13.6 Qualquer Opção de Compra outorgada de acordo com este Plano ficará sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste Plano.
